



Associação Beneficente Síria
Demonstrações Financeiras

Table with columns: Nota, 2022, 2021, Nota, 2022, 2021. Rows include Ativo Circulante, Não Circulante, Imobilizado, Intangível, Total do ativo, Passivo Circulante, Não Circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

Notas Explicativas
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Associação Beneficente Síria (Associação ou "Hócor") é uma entidade jurídica de direito privado, de natureza civil, com caráter fundacional lucrativa, fundada no capital do Estado de São Paulo aos sete dias de março de 1918, localizada à Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 123 - Pariqueraçu - São Paulo.

2. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do método.

2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas pelo Hócor, em conformância com o Pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.499/12, que aprova a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - "Entidade sem Fimadas de Lucros", considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para (i) refletir os valores mensurados ao valor justo contábil o resultado do exercício; (ii) refletir o atributo "atribuído" de terrenos e edificações na data de transição para o CPC (1º de janeiro de 2020).

2.2. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do método.

2.3. Metodologia de mensuração
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para alinhar, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos. As estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.5. Instrumentos financeiros
Ativos financeiros não derivativos
A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

2.6. Instrumentos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não derivativos
A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

2.7. Instrumentos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não derivativos
A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

2.8. Instrumentos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não derivativos
A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

2.9. Instrumentos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não derivativos
A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

2.10. Instrumentos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não derivativos
A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Table with columns: Nota, 2022, 2021. Rows include Receita, Despesas operacionais, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Despesas operacionais, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expresso em milhares de reais)



## Associação Beneficente Síria

### Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

A Associação não identificou nenhum contrato como oneroso, como definido pela norma, ou seja, essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

**Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido**

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado qualquer produto de vendas de bens produzidos ao fazer esse ativo para o local e condições necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Associação.

**Referências à Estrutura conceitual**

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do dia 2° decorrentes de passivos e passivos contingentes que estejam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) sob o IFRIC 21 Leases, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo a IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Associação.

**IFRS 9 Financial Instruments - Taxas de taxa de "do not occur" para boxes de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)**

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do mutuário. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Associação.

**Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Associação, estão detalhadas a seguir. A Associação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**IFRS 17 - Contratos de Seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como o de vida, ramos elementares, seguro direito e resseguro), independentemente de quem seja o emissor, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros, com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente com as práticas atuais. Um contrato com os requisitos da IFRS 17, os quais são alinhados com as políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida e as entidades adotam também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Associação.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, corrigindo o CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetam a classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Associação avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis".

As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Associação.

**Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2: Materiality Judgement, no qual fornece guias e exemplos para ajudar as entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Entidade está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

**4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas**

**Caixa e equivalentes de caixa**

	2022	2021
Caixa e bancos	453	285
Aplicação em fundo	2.273	2.118
Aplicação em CDB	103.325	146.760
Saldo no final do exercício	<b>106.051</b>	<b>149.063</b>

**Aplicações financeiras vinculadas de curto e longo prazo**

	2022	2021
Aplicação em CDB e letras financeiras de curto e longo prazo	19.482	24.226
Circulante	19.482	-
Não circulante	-	24.226

**Desempenho da carteira de aplicações financeiras de curto e longo prazo**

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em fundos de renda fixa e CDB, atualizados pelo valor das cotas na data do balanço e com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), remuneradas às taxas entre 98% e 114,8% do (CDI) em 2022 (entre 87,1% e 105,4% do (CDI) em 2021).

Estas aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, resgatáveis junto ao próprio emissor e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**Monteontamento das aplicações financeiras de curto e longo prazo**

	2022	2021
Saldo inicial	173.604	206.245
Adição	82.558	31.805
Resgate	(149.089)	(73.189)
Resultado financeiro	18.008	8.953
Saldo no final do exercício	<b>125.081</b>	<b>173.604</b>

**5. Contas a receber e direito de prestação de serviços**

	2022	2021
Contas a receber	236.202	204.902
Cartões de crédito	6.644	7.030
Títulos de cobrança	1.588	292
Arrendamentos	288	204
Total das contas a receber	<b>244.722</b>	<b>212.428</b>

Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e glosas

	(47.189)	(36.471)
<b>Total</b>	<b>197.533</b>	<b>175.957</b>

**Direito de prestação de serviços**

	54.635	50.030
Direito de prestação de serviços	54.635	50.030

**6. Estoques**

	2022	2021
Estoque de materiais	11.338	517
Estoque de materiais	17.830	14.038
Estoque de medicamentos	8.827	9.400
Estoque de materiais engenharia	453	493
Total	<b>28.701</b>	<b>24.448</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração constituiu uma provisão de obsolescência de R\$ 486 (R\$ 419 em 31 de dezembro de 2021), referentes ao estoque de materiais e medicamentos. A provisão é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas registradas pela não realização dos ativos em sua demonstração de resultado na rubrica "Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e glosas (impairment)".

**Monteontamento do provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e glosas em períodos anteriores**

	2022	2021
Saldo inicial	(36.471)	(12.027)
Constituição de provisão de glosa e PECLD	(16.395)	(8.848)
Reversão e baixa de provisão de glosa e PECLD	4.204	11.404
Baixa de títulos de contas a receber, sem perspectiva de recebimento	1.473	-
Saldo final	<b>(47.189)</b>	<b>(36.471)</b>

A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas registradas pela não realização dos ativos em sua demonstração de resultado na rubrica "Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e glosas (impairment)".

**Direito de prestação de serviço**

O direito de prestação de serviço refere-se aos serviços hospitalares já prestados pela Associação porém ainda não faturados nos planos de saúde ou pacientes parturientes, registrados de acordo com o regime de competência.

		7. Imobilizado	
	2022	2021	
	Custo do bem	Depreciação acumulada	Líquido
Saldo inicial	50.030	36.772	
Direito de prestação de serviços apurado no exercício	3.796	15.647	
Reversão/(reversão) de perdas apuradas no exercício	809	(2.389)	
Saldo final	<b>54.635</b>	<b>50.030</b>	

	2022	2021
<b>6. Estoques</b>		
Estoque de materiais	11.338	517
Estoque de materiais	17.830	14.038
Estoque de medicamentos	8.827	9.400
Estoque de materiais engenharia	453	493
Total	<b>28.701</b>	<b>24.448</b>

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo inicial	Adição	Transferência	Baixas	Saldo final
Imóveis	253.395	-	1.180	-	254.575
Equipamentos e aparelhos	211.942	8.720	251	(58)	220.327
Instalações	120.198	3.626	154	(13)	123.865
Móveis e utensílios	28.565	1.988	451	(638)	30.366
Veículos	408	-	-	-	408
Equipamento de Informática	60.120	5.300	(1)	(757)	64.662
Beneficórias em propriedades de terceiros	30.307	-	6.242	-	36.549
Edificações	-	16.174	-	-	16.174
Terrenos	13.862	-	-	-	13.862
Adiantamentos para importação de imobilizado	4.137	-	(3.862)	-	275
Reformas/Construção em andamento	86.602	55.313	(21.089)	(9)	120.822
Obras de Arte	784	-	-	-	784
Aluguéis/Equipamentos Direito de Uso	17.195	11.744	-	-	28.939
Total	<b>861.515</b>	<b>86.696</b>	<b>-</b>	<b>(2.003)</b>	<b>966.208</b>

	Anos	Saldo inicial	Adição	Transferência	Baixas	Saldo final
Depreciação						
Imóveis	50	-	(74.000)	(4.436)	-	(78.436)
Equipamentos e aparelhos	8-14	-	(132.117)	(16.453)	591	(148.979)
Instalações	25	-	(77.701)	(6.303)	(1)	(84.004)
Móveis e utensílios	6-14	-	(18.951)	(1.930)	1	(20.364)
Equipamento de informática	4-8	-	(39.262)	(6.915)	-	(46.540)
Beneficórias em propriedades de terceiros	4	-	(25.914)	(3.164)	-	(29.078)
Veículos	4	-	(317)	(97)	-	(354)
Edificações	25	-	-	(84)	-	(84)
Aluguéis/Equip. Direito de Uso	10	-	(6.051)	(17.572)	-	(23.623)
Total		-	(374.313)	(46.844)	-	(421.157)
<b>Valor líquido</b>		507.202	39.852	-	(1.765)	546.816

As principais adições ao ativo imobilizado no exercício se deram por obras em andamento do Sistema Elétrico, Expansão UACI, Retrofit do Hall de entrada do prédio 147, aquisição de Equipamentos como: Um Exatador, Microscópio Neurobiológico e Ventilador Pulmonar.

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo inicial	Adição	Transferência	Baixas	Saldo final
Imóveis	253.395	-	-	-	253.395
Equipamentos e aparelhos	196.549	16.173	-	(780)	211.942
Instalações	109.815	2.280	8,227	(124)	120.198
Móveis e utensílios	25.301	4.326	6	(1.068)	28.565
Veículos	408	-	-	-	408
Equipamento de Informática	45.394	14.778	-	(52)	60.220
Beneficórias em propriedades de terceiros	30.307	-	-	-	30.307
Terrenos	13.862	-	-	-	13.862
Adiantamentos para importação de imobilizado	635	13.250	(9.748)	-	4.137
Reformas/Construção em andamento	13.625	71.872	1.515	(410)	86.602
Obras de Arte	61.957	24.891	-	-	784
Aluguéis/Equipamentos Direito de Uso	17.195	11.744	-	(15.453)	17.195
Total	<b>752.032</b>	<b>147.370</b>	<b>-</b>	<b>(17.887)</b>	<b>881.515</b>

	Anos	Saldo inicial	Adição	Transferência	Baixas	Saldo final
Depreciação						
Imóveis	50	-	(4.366)	(5)	-	(4.400)
Equipamentos e aparelhos	8-14	-	(116.052)	(16.522)	(59)	(132.117)
Instalações	25	-	(72.094)	(5.806)	(2)	(77.701)
Móveis e utensílios	6-14	-	(18.149)	(1.941)	67	(19.951)
Equipamento de informática	4-8	-	(34.575)	(4.713)	(1)	(39.262)
Beneficórias em propriedades de terceiros	6	-	(22.450)	(3.464)	-	(25.914)
Veículos	4	-	(281)	(36)	-	(317)
Aluguéis/Equip. Direito de Uso	10	-	(15.050)	(7.062)	-	(22.112)
Total		-	(348.280)	(43.410)	-	(374.313)
<b>Valor líquido</b>		403.752	103.960	-	(510)	507.202

**8. Intangível**

As movimentações do custo e da amortização do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas nas tabelas abaixo:

</
----



## Associação Beneficente Siria

### Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

**Covenants e garantias relacionados ao contrato com Santander**  
O contrato de financiamento do Banco Santander estabelece que a Associação deverá observar certas obrigações legais e certos índices e limites financeiros ("covenants") apurados a partir do encerramento do exercício de 2020. Esses índices serão apurados pela Associação, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de cada ano.  
Índices financeiros das cláusulas de covenant do contrato acima citado:  
- Índice de dívida financeira líquida sobre o patrimônio líquido menor que 1,0;  
- Índice de dívida líquida (EBITDA) menor que 2,5x;  
- Índice de cobertura do serviço da dívida, maior ou igual a 1,3x; e  
Além do contrato informado acima relacionados aos financiamentos junto ao Santander, não existem cláusulas contrárias de covenants e garantias em outros instrumentos em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, todas as cláusulas de covenants foram devidamente atendidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

**Remuneração da administração**  
O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros da Assembleia Geral das Associações Eletivas, da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.  
**16. Receita**  
Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício.

**Risco de liquidez**  
Risco de mercado é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abstração das Associações que são liquidadas com pagamentos à vista ou máximo possível, que sempre tem liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

	Parâmetro Proposto	Dez/22	Dez/21
(A) Dívida		206,6	269,7
(B) Patrimônio líquido		536,2	551,0
<b>Dívida Líquida sobre EBITDA (A/B)</b>		<b>&lt; 2,5</b>	<b>1,5</b>
(A) Dívida Líquida		80,0	85,8
(A.1) Empréstimos e Financiamentos (CP + LP) - Disponíveis/ Investimentos Financeiros		80,0	85,8
(B) EBITDA		54,1	92,4
(B.1) Lucro Operacional antes do resultado financeiro e impostos		0,4	39,8
(B.2) (+) Depreciação e Amortização		53,7	52,5
<b>Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (A/B)</b>		<b>&gt; 1,3</b>	<b>1,5</b>
(A) Geração de Caixa (A.1 + A.2)		69,1	97,1
(A.1) Fluxo de Caixa Operacional		41,0	85,0
(A.1.1) (+) Lucro Líquido		(13,8)	31,4
(A.1.2) (+) Depreciação e Amortização		53,7	52,5
(A.1.3) (+/-) Outros itens não caixa creditados ao lucro líquido		1,0	1,0
(A.2) (+) Juros Despesas		28,1	12,2
(B) Serviço da Dívida		53,0	64,0
(B.1) Juros Despesas		26,3	9,7
(B.2) Resgate do Principal da Dívida		26,7	54,3

	2022	2021
Atividade hospitalar	1.029.488	951.158
Atividade de pesquisa na área de saúde	8.083	5.746
Atividade de ensino em saúde	3.040	1.932
Outras receitas	5.176	8.862
Receita voluntariado	6.047	6.047
Gratuidade	1.696	409
Glossas e descontos	(30.456)	(17.526)
<b>Total</b>	<b>1.022.984</b>	<b>956.628</b>
<b>17. Custos dos serviços prestados</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Atividade hospitalar e pesquisa</b>	<b>(295.736)</b>	<b>(250.262)</b>
Passagem	(255.297)	(217.218)
Serviços de terceiros	(155.094)	(127.894)
Depreciação	(34.256)	(33.272)
Utilidades	(10.053)	(10.085)
Custo com trabalho voluntário	(6.047)	(6.047)
Aluguel	(4.310)	(4.994)
Outras despesas	(2.343)	(2.143)
<b>Total atividade hospitalar e pesquisa</b>	<b>(764.136)</b>	<b>(669.815)</b>
<b>Atividade de ensino em saúde</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Serviços de terceiros	(1.311)	(1.570)
Pessoal	(3.534)	(2.486)
Materiais e medicamentos	(138)	(172)
Depreciação e amortização	(22)	(29)
Outras despesas	(609)	(263)
<b>Total de atividade em ensino</b>	<b>(5.614)</b>	<b>(4.516)</b>

	Fluxo de caixa contrabul	Até 1 ano	1-2 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
<b>31 de dezembro de 2022</b>					
Caixa e equivalente de caixa e aplicações vinculadas	125.533	125.533	-	-	-
Contas a receber de clientes	197.533	197.533	-	-	-
Outros créditos	64.035	54.635	-	-	-
Outras contas a pagar	7.441	7.441	-	-	-
<b>Total</b>	<b>385.142</b>	<b>385.142</b>	-	-	-
<b>Passivos</b>	<b>205.564</b>	<b>58.019</b>	<b>59.066</b>	<b>88.139</b>	-
Empréstimos e financiamentos	75.261	6.553	15.107	25.397	28.204
Fornecedores	90.172	90.158	14	-	-
Outras contas a pagar	22.171	22.171	-	-	-
<b>Total</b>	<b>393.168</b>	<b>176.901</b>	<b>74.227</b>	<b>113.536</b>	<b>28.204</b>
<b>Fluxo de caixa contrabul</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1-2 anos</b>	<b>3-5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>	
<b>31 de dezembro de 2021</b>					
Caixa e equivalente de caixa e aplicações vinculadas	173.889	173.889	-	-	-
Contas a receber de clientes	175.957	175.957	-	-	-
Direito de prestação de serviço	50.030	50.030	-	-	-
Outros créditos	16.180	16.180	-	-	-
<b>Total</b>	<b>416.056</b>	<b>416.056</b>	-	-	-
<b>Passivos</b>	<b>190.825</b>	<b>47.042</b>	<b>86.172</b>	<b>57.411</b>	-
Empréstimos e financiamentos	69.037	5.025	11.477	19.946	32.589
Fornecedores	87.545	77.641	7.356	2.548	-
Outras contas a pagar	34.679	18.679	2.133	3.200	10.667
<b>Total</b>	<b>381.866</b>	<b>148.387</b>	<b>107.138</b>	<b>83.105</b>	<b>43.256</b>

**11. Passivo de arrendamento**  
Os arrendamentos mercantis e imobiliários "passivo de arrendamento" são classificados no curto e longo prazo e obtidos pela Associação para ampliação e modernização do parque tecnológico com a aquisição de equipamentos e instalações como segue:

	2022	2021
Passivo de arrendamento	75.261	69.037
<b>Circulante</b>	<b>6.553</b>	<b>5.025</b>
<b>Não circulante</b>	<b>68.708</b>	<b>64.012</b>

As parcelas classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 têm o seguinte cronograma de vencimento:

	2022	2021
2024	7.329	7.778
2025	8.143	7.778
2026	8.572	8.143
2027	8.682	8.572
2028	8.639	8.682
2029	8.348	8.639
2030	4.826	8.348
2031	1.543	4.826
2032	1.671	1.543
2033	1.517	1.671
2034	366	1.517
2035	366	366
2036	68.708	68.708

As movimentações dos arrendamentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Saldo inicial	69.037	60.186
Adições	11.874	22.951
Despesas com juros	(5.449)	(3.950)
Pagamento de principal	(6.294)	(17.255)
Pagamento de juros	(5.805)	(795)
Saldo final	75.261	69.037

	2022	2021
Salários e encargos e férias a pagar	8.885	2.436
Provisão de férias e encargos	37.853	32.050
<b>Total</b>	<b>44.738</b>	<b>34.486</b>

	2022	2021
Outras obrigações	2.894	71
Provisão controles serviços e pesquisa	1.576	19.889
Impostos devidos na fonte	2.362	1.150
Honorários médicos	24.295	34.679
<b>Total</b>	<b>24.295</b>	<b>18.879</b>
Circulante	24.295	18.879
Não circulante (a)	-	16.000
<b>Total</b>	<b>24.295</b>	<b>34.679</b>

Em 2020, a administração firmou contrato de exclusividade com o Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hematologia, com antecipação no montante de R\$16.000, valor estimado pela Associação, para prestação de serviços de assistência hematológica e fornecimento de hemocomponentes, compreendendo todos os procedimentos da especialidade hematopoiética, com início a partir de outubro de 2020 e vigência de 180 meses. A amortização ocorrerá a partir de outubro de 2023, conforme previsto em contrato firmado a seguir. Todavia, em 2022, a Administração firmou o 1º aditamento ao contrato de exclusividade com o Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hematologia, e uma das alterações foi a cláusula de exclusividade onde foi desvinculado a obrigação de desempenho do contrato e o montante de R\$16.000 rescindidos, foram registrados no resultado no período. A desvinculação a obrigação de desempenho do contrato está de acordo com o Provimento Técnico Conselho - CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

**14. Provisão para contingências**  
Durante o curso normal de suas negócios, a Associação fica exposta a certas contingências e riscos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão com base nos valores atualizados para os casos em que a perda é provável nas ações em curso, conforme apresentadas a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição (Reverso) Provisão	Transferência	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Trabalhista	11.688	(279)	-	(342)	11.067
Cíveis	13.264	(971)	-	(24)	11.981
Depósitos judiciais	3.959	4.805	-	(54)	8.510
<b>Total</b>	<b>28.911</b>	<b>(1.255)</b>	<b>-</b>	<b>(420)</b>	<b>27.236</b>
Trabalhista	8.789	2.178	958	(237)	11.688
Cíveis	958	1.578	(958)	-	1.578
<b>Total</b>	<b>9.747</b>	<b>3.756</b>	<b>-</b>	<b>(237)</b>	<b>13.264</b>
Depósitos judiciais	2.138	1.821	-	-	3.959

**Processos de natureza trabalhista**  
Em 31 de dezembro de 2022 a Associação figurava como parte em 113 processos trabalhistas com risco provável (125 em 31 de dezembro de 2021). Os principais temas abordados nestes processos versam sobre adições diversas tais como: horas extras, insalubridades e verbas rescisórias de terceiros antes a Associação figurava como co-solvidor. O montante total registrado e de R\$11.067 em 2022 (R\$11.688 em 31 de dezembro de 2021).  
Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$17.852 (R\$8.921 em 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os processos relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora extra, enfermidades e acidentes de trabalho.

**Processos de natureza cível**  
Em 31 de dezembro de 2022, a Associação figurava como parte em 5 processos cíveis com risco provável (6 processos em 2021). O montante total registrado e de R\$884 em 2022 (R\$1.576 em 2021). Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$33 (R\$1.314 em 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os processos relacionam-se, a pleitos sobre atendimento médicos e sociais.

**Processos de natureza fiscal (tributária)**  
Em 31 de dezembro de 2022 a Associação não figurava em processo tributário com risco provável (em 2021 não houve o registro de processos tributários).  
Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$114.455 (R\$114.460 em 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os demais processos relacionam-se a retornos de tributos incidentes sobre folha (PIS) e pellets sobre as obrigações ligadas à municipalidade (ICMS sobre importação).  
**15. Patrimônio líquido**  
Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido dos superávits e menos apurado anualmente desde a data de sua constituição.  
A Associação, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não difere prazo em condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, que se dará através de Assembleia Geral com a presença mínima de três quartos dos Associados Eletivos após a indicação do Conselho de Administração, todo o seu patrimônio social reverterá, obrigatoriamente, em benefício de entidades congêneras, reconhecidas e inscritas no estado de São Paulo, à escolha da Assembleia Geral.  
Geral e desde que devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Associação.

	2022	2021
Doações	3.054	2.756
Outras receitas (a)	25.784	16.037
<b>Total</b>	<b>28.838</b>	<b>16.037</b>

(a) Em 2022, foi reconhecido em outras receitas, o montante de R\$16.000, referente ao contrato firmado com o Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hematologia, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. Os demais valores, registrados nessa linha, são provenientes:

	2022	2021
Pessoal e encargos sociais	(21.999)	(103.398)
Serviços de terceiros	(20.218)	(28.813)
Consumo e utilidades	(10.215)	(11.778)
Comercial e marketing	(4.141)	(7.849)
Aluguel e manutenção	(25.397)	(9.211)
Outras despesas	(13.001)	(6.621)
<b>Total</b>	<b>(194.971)</b>	<b>(165.670)</b>

	2022	2021
Receitas financeiras	18.008	8.953
Receita financeira	2.589	308
Variação monetária	830	374
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>21.427</b>	<b>9.635</b>

	2022	2021
Despesas financeiras	(28.115)	(12.164)
Juros sobre empréstimos	(5.782)	(3.950)
Juros sobre arrendamento	(1.709)	(1.922)
Variação cambial/monetária	(35.606)	(18.036)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(41.179)</b>	<b>(9.401)</b>

**21. Instrumentos financeiros**  
**Gerenciamento de riscos financeiros**

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:  
- Risco de crédito;  
- Risco de liquidez;  
- Risco de mercado; e  
- Risco de capital.  
Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supracitados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

**Estrutura do gerenciamento de risco**  
As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

**Risco de crédito**  
Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um cliente ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios e em títulos de investimento.  
Para mitigar esses riscos, a Associação adota no prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, gerando no processo de revisão prévia de gastos junto a convênios médicos e constituição de provisão para perdas em créditos duplicados assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. Com relação aos valores a receber de convênios e particulares a Associação constitui provisão para perdas devido a saneamento para cobrir eventuais inadimplências.  
A administração espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.  
**Exposição a riscos de crédito**  
O valor controlado dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2022	2021
Contas a receber de clientes	5	244.722	212.428
(Provisão para crédito de liquidação divúvida e glossas		(47.199)	(36.471)
Direitos de prestação de serviços	5	53.826	52.419
(Provisão para crédito de liquidação divúvida e glossas		809	(2.389)
Outros créditos		7.441	16.180
<b>Total</b>		<b>259.609</b>	<b>242.167</b>

Hemirisco de valor justo  
A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e identificados;
- Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Dez/2022	Dez/2021			
Valor justo através do resultado	Emprestimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Valor justo através do resultado	Emprestimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
Ativos	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	125.533	-	173.889	-	-
Contas a receber de clientes	197.533	-	175.957	-	-
Direitos de prestação de serviços	54.635	-	50.030	-	-
Outros créditos	7.441	-	18.180	-	-
<b>Total</b>	<b>125.533</b>	<b>259.609</b>	<b>173.889</b>	<b>242.167</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>	<b>205.564</b>	<b>58.019</b>	<b>59.066</b>	<b>88.139</b>	<b>-</b>
Fornecedores nacionais	-	-	90.172	-	85.326
Fornecedores estrangeiros	-	-	-	-	2.220
Empréstimos e financiamentos	-	-	205.564	-	190.625
Arrendamento mercantil e passivo de arrendamento	-	-	75.261	-	69.037
Salários, encargos e férias a pagar	-	-	44.738	-	34.486
Outras obrigações	-	-	52.916	-	50.254
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>		

Associação Beneficente Síria Demonstrações Financeiras			
Notas Explicativas - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
<b>24. Imunidade previdenciária usufruída</b>			
A Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2011, a qual revogou a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 estabeleceu que os recursos despendidos pela Associação nos projetos de apoio ao SUS não poderão ser inferiores aos valores da iminuidade das contribuições sociais usufruídas no exercício fiscal anterior, limitados ao triênio.			
Caso os recursos despendidos nos projetos de apoio institucional não alcancem o valor da isenção usufruída, a Entidade deverá compensar a diferença até o término do prazo de validade do acordo celebrado com a União por um triênio. Os investimentos nos projetos em 2022, somaram R\$ 48.672, sendo constituída uma provisão de R\$ 6.488, composto desta forma a iminuidade previdenciária usufruída de R\$ 55.100, com a adição deste período, o total provisto é de R\$ 799 em 31 de dezembro de 2022.			
Os investimentos nos projetos em 2021 somaram R\$ 40.337, sendo constituída uma provisão de R\$ 2.311, composto desta forma a iminuidade previdenciária usufruída de R\$ 42.648.			
A referida Lei, com os complementos da Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, regula os procedimentos de iminuidade das contribuições para a seguridade social, estabelecendo convênio com a União, por intermédio do Ministério da Saúde, nas seguintes áreas de atuação:			
(i) Estudos de avaliação e incorporação de tecnologias;			
(ii) Capacitação de recursos humanos;			
(iii) Pesquisas de interesse público em saúde;			
(iv) Desenvolvimento de técnicas e operação de gestão em serviços de saúde.			
Os valores de investimentos em projetos acordados com o Ministério da Saúde para o ano em relação às iminuidades previdenciárias gozadas totalizaram:			
		Total	Total
		2021	2022
Inimuidades previdenciárias usufruídas		42.648	55.100
Investimentos em projetos PROADI/SUS		(40.337)	(48.672)
Investimentos superiores às iminuidades		(2.311)	(6.488)
		(5.000)	(9.260)
<b>25. Outros projetos de parcerias</b>			
A Associação firmou parcerias com Órgãos Estaduais e Municipais para executar projetos de interesse, são eles:			
• "Capacitação de Idosos para o Empreendedorismo"			
- Termo de Fomento: Processo nº 312/2018;			
- Decorente do chamamento Público nº 01/RESDES/IC2016;			
- Prazo do Projeto: 12 meses (abril de 2018 a abril 2019), prorrogável por mais 12 meses;			
- Órgão/Entidade Público: Secretaria de Desenvolvimento Social - Governo do Estado de São Paulo;			
• "Capacitação de Conselheiros Estudantis de Man. Para o Fort. do Controle Social dos Direitos das Pessoas Idosas"			
- Termo de Fomento: Processo nº 312/2018;			
- Decorente do chamamento Público nº 01/RESDES/IC2016;			
- Prazo do Projeto: 12 meses (setembro de 2018 a setembro 2019), prorrogável por mais 12 meses;			
- Órgão/Entidade Público: Secretaria de Desenvolvimento Social - Governo do Estado de São Paulo.			
Além disso, a Associação se credenciou junto ao Ministério da Saúde, para o desenvolvimento de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).			
Abaixo quadro demonstrativo da execução dos projetos no período:			
		2022	2021
Gastos com o projeto		(1.606)	(409)
Resultado do período		(1.606)	(409)
<b>Projeto de Gratuidade</b>			
		2022	2021
Gastos com o projeto		(1.606)	(409)
Resultado do período		(1.606)	(409)
<b>Verá Lúcia Chacour Chadad</b> Diretora-Presidente da Associação			
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>			
Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, o que não tenha nenhuma alternativa viável para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras são responsáveis por assegurar-se de que os procedimentos de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Seguridade razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.			
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, executamos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.			
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.			
<b>Projeto Capacitação de Idosos para o Empreendedorismo</b>			
		2022	2021
Receita apropriada		-	-
Gastos com o projeto		-	-
Resultado do período		-	-
<b>Projeto Capacitação de Conselheiros</b>			
		2022	2021
Receita apropriada		-	-
Gastos com o projeto		(180)	(14)
Resultado do período		(180)	(14)
<b>Projeto PRONON</b>			
		2022	2021
Receita apropriada		-	-
Gastos com o projeto		-	-
Resultado do período		-	-
<b>Projeto PRONAS PCD</b>			
		2022	2021
Gastos com o projeto		-	-
Resultado do período		-	-
<b>Projeto PRONAS PCD (Mensageria)</b>			
		2022	2021
Gastos com o projeto		-	-
Resultado do período		-	-
<b>Cardiologia</b>			
		2022	2021
Gastos com o projeto		-	(143)
Resultado do período		-	(143)
<b>26. Partes relacionadas</b>			
Associação não possui transações entre as partes relacionadas. Os órgãos da Administração, representantes dos Conselhos de Administração e Diretoria Executiva, não possuem qualquer tipo de remuneração, seja seja direta, indireta fixa ou variável.			
<b>27. Remuneração do pessoal-chefe da administração</b>			
A remuneração incluiu encargos com os colaboradores que ocupam cargos considerados relevantes "pessoal-chefe" para a operação totalizaram R\$7.543 em 2022 (R\$6.130 em 2021).			
<b>28. Obrigações fiscais</b>			
Em atendimento à ITO 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, a Associação apresenta a seguir as obrigações fiscais apuradas no exercício de 2021. Como se devida fosse, considerando a natureza de entidade sem fins lucrativos e o fato da Associação não ter a obrigação de prestar assessoria do LALUR, os cálculos foram estimados abrangendo os principais impostos e contribuições e respectivas alíquotas.			
• Incidentes sobre a receita (ISS 2%, PIS 0,65% e COFINS 3% - regime cumulativo);			
• Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%);			
<b>29. Eventos subsequentes</b>			
<b>Captação de empréstimos</b>			
Em 10 de janeiro de 2023, a Associação por meio da Cedula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil, capta o montante de R\$ 20 milhões, como capital de giro, com liquidação total da operação em dezembro de 2027, e encargos financeiros atrelados ao CDI. Esse capital de giro, não possui cláusula de covenant.			
<b>Alex Maximo da Silva</b> Contador CRC-ISP286429/0-9			

# Arcabouço inclui brecha para alta de gastos em 2024

Texto permite interpretação de conta da arrecadação favorável ao governo

Idiana Tomazelli

**BRÁSILIA** O texto do arcabouço fiscal aprovado pela Câmara dos Deputados tem uma brecha que pode ser usada pelo governo Lula (PT) para elevar os gastos em 2024 com base em receitas extras ordinárias. Esse tipo de arrecadação foi excluído do cálculo da regra geral para evitar a expansão de despesas com base em receitas incertas. Mas um dispositivo inserido na regra final das negociações tem gerado dúvidas e pode deixar a porta aberta para a adoção de um texto diferente no ano que vem, caso seja conveniente para o governo.

O arcabouço fiscal prevê limite de despesas anual que cresce acima da inflação, em proporção equivalente a 70% da real das receitas em 12 meses até junho do ano anterior. Este percentual deve seguir um piso de 0,6% e um teto de 2,5% ao ano.

O artigo 15 do texto diz que, após a segunda avaliação bimestral de receitas e despesas primárias, que ocorrerá em maio de 2024, o governo poderá ampliar os gastos no montante equivalente à diferença entre 70% do "crescimento real da receita estimado nesta avaliação em relação ao realizado em 2023" e o valor calculado como limite de real das despesas na Lei Orçamentária Anual.

No Ministério da Fazenda, espera-se que os gastos tenham expansão de cerca de 1,5% acima da inflação na



Deputados comemoram a aprovação do arcabouço fiscal. Pedro Ladeira - 23.mai.23/Folhapress

elaboração da LOA, pela regra do arcabouço. Mas a versão aprovada permite que a alta chegue a 2,5% no ano que vem, caso haja ganho mais expressivo de arrecadação em 2024.

A diferença de um ponto percentual seria o limite extra para gastos no exercício.

Mas o artigo não explicita o trecho do projeto que manda descontar das receitas a arrecadação vinda de concessões, dividendos, royalties, resgate de recursos do PIS/Pasep e programas de reestruturação tributária (Refs) instituídos após a promulgação da nova regra.

Isso é relevante por causa da regra de crescimento da despesa, diretamente ligada

à dinâmica das receitas. Técnicos que participaram da discussão do texto aprovado na Câmara ouvidos pela Folha tiveram, como primeira reação, reconhecer a falha na redação do artigo, com a ponderação de que a brecha talvez não fosse tão favorável ao governo.

Há expectativa de maior arrecadação extraordinária no segundo semestre de 2023. A base de comparação alta dificultaria ao governo exibir o ganho de receitas necessário para expandir seus gastos.

Pouco depois os mesmos técnicos avaliaram que ainda é preciso ainda analisar o texto já economistas de mercado

que notaram a dubiedade da redação dizem que o mais lógico seria descontar as receitas extraordinárias. Mas alertam que o texto, como está, permite ao governo adotar medidas pontuais (como um Refs) em 2024 e interpretar o artigo para que essa arrecadação seja contabilizada e o conduza à almejada expansão real de 2,5% nas despesas.

Procurado o Ministério da Fazenda disse que "as receitas a serem contabilizadas para que se determine o crescimento real da despesa são aquelas que excluem as receitas extraordinárias em todo o período". "É isso o que fica estabelecido pelo novo

regime fiscal sustentável, no entendimento do Ministério".

Arreptagem perguntou sobre o artigo 15, mas a pasta não esclareceu se a leitura vale para a aplicação desse dispositivo.

O trecho alvo de ruído foi redigido de última hora, na própria terça (23) em que foi votado o texto-base. Técnicos envolvidos reconhecem que sempre há riscos nesses casos.

Eventual correção só poderá ser feita no Senado, para onde o texto seguiu para votação.

O economista Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal da FGV Ibre, vê o artigo 15 confuso.

"A comparação da projeção de receita de 2024 com o total arrecadado para 2023 não é precisa e pode gerar confusão. O artigo não parece tratar do mesmo conceito de receita da regra de despesa. Se o entendimento estiver correto, é possível gerar ganhos de arrecadação com medidas pontuais para ampliar a despesa de 2024. Isso pode gerar insegurança jurídica", avalia.

O artigo 15 nasceu de uma das negociações mais sensíveis na discussão do arcabouço.

Comercio de não ter espaço para acomodar o crescimento das despesas em 2024, a Fazenda pediu ao relator deputado Cláudio Cajado (PP-BR), que fixasse a alta das despesas no teto de 2,5% no primeiro ano, gerando o ruído no Congresso e no mercado financeiro.

Para desfazer o mal-estar, ele ajustou o parecer e incluiu um meio-termo que inicialmente restringe a expansão de gastos, mas autoriza a abertura de novos créditos em caso de surpresa positiva do lado das receitas.

Para consultores da Câmara, o texto deve resultar em aumento inicial no limite de despesas de 1,5% a 1,8% acima da inflação. Se elevar a arrecadação no ano que vem, o governo poderá gastar mais R\$ 15 bilhões a R\$ 28 bilhões em 2024.

# STF mantém regras atuais para demissão sem justa causa

**BRÁSILIA** O STF (Supremo Tribunal Federal) concluiu nesta sexta (26) julgamento sobre a validade de um decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso que cancelou a adesão do Brasil a uma convenção internacional que trata de demissão sem justa causa.

Embora a análise tenha sido encerrada, com placar de 6 a 5 pela manutenção do decreto de FHC, e assim mantendo as regras atuais para a demissão sem justa causa.

O caso, uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) movida pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), começou a tramitar em 1997. A norma tratada pela lei de 1996 foi revogada pelo decreto de FHC de 1996 cancelando a adesão do Brasil à Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a qual estabelece critérios para o encerramento de contratos de trabalho por iniciativa do empregador.

A Contag defendeu a invalidação do decreto porque ele teria sido feito o Brasil sair do tratado internacional sem aval do Congresso Nacional.

Mesmo sem o resultado oficializado, os votos dos ministros mostram que a posição defendida é a de necessidade da manutenção do Legislativo, mas nos próximos casos.



Fábio Henrique Rortani Fonseca Contador CRC-SP292795/0